

Jane Araújo



Parlamento do Mercosul realiza no Uruguai sua terceira reunião: agenda inclui diagnóstico da situação do mercado comum

Mercosul cobra fim do protecionismo agrícola

Parlamento do Mercosul aprova agenda política e declarações sobre comércio e soberania das Ilhas Malvinas

Reunido em Montevideu, parlamento regional aprovou iniciativa de Aloizio Mercadante apoiando as posições assumidas pelo bloco na Organização Mundial do Comércio (OMC) com vista à liberalização do mercado agrícola. Também foi acolhida proposta de se fazer apelo ao Reino Unido para que retome o diálogo com a Argentina sobre a soberania das Ilhas Malvinas. A agenda política aprovada define os assuntos prioritários (como a padronização de normas) para o parlamento. **Página 8**

Infância latino-americana pode ter lei unificada

A busca de uma legislação de proteção à infância, comum aos países da América Latina, deu o primeiro passo em Brasília. Parlamentares de diversos países da região discutiram ontem, na

Câmara, temas que afetam crianças e adolescentes, como a exploração sexual, o trabalho infantil e a justiça penal. O objetivo é unificar esforços, segundo Patrícia Saboya. **Página 3**

Marc Kalume



Patrícia Saboya (2ª à dir.) participa, ao lado de representantes de outros países, de encontro parlamentar latino-americano

Seminário discute combustíveis fósseis e aquecimento

O papel dos combustíveis fósseis diante do aquecimento global deve ser discutido em seminário internacional que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura promove amanhã, no Auditório Petróleo Portela. **Página 2**

Regras para ZPEs podem ser votadas

Para deliberar sobre zonas de processamento de exportação, Plenário precisa votar medidas provisórias e projeto de conversão. **Página 3**



Roriz nega acusação e critica vazamento de escuta telefônica

Em nota distribuída ontem, o senador Joaquim Roriz refutou acusações de suposto envolvimento com irregularidades investigadas pela Polícia Civil e pelo Ministério Público do Distrito Federal. **Página 7**

Setor ferroviário defende regras claras e parcerias público-privadas

Representantes do setor ferroviário cobraram ontem a criação de um ambiente de segurança jurídica para os investidores. Em audiência na Subcomissão dos Marcos

Regulatórios, defenderam também a instituição de parcerias, que consideram capazes de propiciar o aumento da competitividade do país. **Página 5**



Na audiência, Bruno Batista (E), Delcídio Amaral, Noboru Ofugi e Rodrigo Vilaça

Marc Kalume

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura promove evento internacional sobre energia e mudanças climáticas

Seminário discute perspectivas dos combustíveis fósseis

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) promove amanhã seminário internacional para discutir o papel dos combustíveis fósseis no cenário mundial nas próximas décadas, seus desafios e oportunidades. No mesmo encontro, que começa às 8h30, serão debatidos o desenvolvimento tecnológico, aspectos relacionados às mudanças climáticas e os impactos do aquecimento global no Brasil.

O seminário se realizará no Auditório Petrônio Portela, no Senado, e tem a participação da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Carvão Mineral e da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. As discussões contarão com as presenças dos ministros Nelson Hubner, de Minas e Energia (MME), e de Sérgio Rezende, da Ciência e Tecnologia (MCT), bem como da representante da Agência Internacional de Energia (IEA) Bárbara Mckee.

No período da manhã, está previsto um painel de debates sobre perspectivas internacionais dos combustíveis fósseis, com representantes da Noruega, Estados Unidos, Canadá e Japão, tendo como moderador o secretário de Planejamento Energético do MME e a participação do chefe de Colaboração Tecnológica da IEA, Antonio Pflüger.

À tarde, haverá painel sobre desenvolvimento sustentável e tecnologias limpas relacionadas aos combustíveis fósseis. O moderador é o secretário-executivo do MCT, Luis Fernandes. Participarão deste debate John Topper, representante da IEA/CCC ("Tecnologias Limpas de Carvão e Combustíveis Líquidos"); Jasek Podkanski, da IEA/CCS ("Tecnologias para a Sustentabilidade dos Combustíveis Fósseis e Seqüestro Geológico de Carbono"); Isabel Cabrita, representando a Ineti ("Transferência de Tecnologias Limpas"); e Sankar Bhattacharya, da IEA ("Gaseificação de Combustíveis Fósseis, Produção de Líquidos e Hidrogênio").

O último painel, sobre aspectos das mudanças climáticas e seus efeitos na segurança energética, terá como moderador o secretário de Energia do MME. Serão expositores o professor Luiz Pinguelli Rosa, da Coordenação dos Programas de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe) – que tratará do tema "Energia e Mudanças Climáticas" –, bem como representantes da Eletrobrás e da Petrobras. No mesmo painel, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária falará sobre a influência das mudanças climáticas na agricultura brasileira.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Contratações no Ministério da Defesa na pauta do Plenário

O Senado realiza sessão deliberativa a partir das 14h. A pauta está trancada por um projeto de lei de conversão (PLV), proveniente de medida provisória (MP), e três MPs. O PLV 17/07 aumenta de 60 para 160 o número de contratações temporárias que o Ministério



da Defesa pode fazer para reforçar o quadro de pessoal do controle de tráfego aéreo.

Às 10h, será comemorada, em sessão especial no Plenário, a passagem do 40º aniversário da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

CPI do Apagão Aéreo toma depoimentos a partir das 10h

A CPI do Apagão Aéreo reúne-se às 10h para votar requerimentos e dar continuidade à oitiva da empresária Sílvia Pfeiffer. O colegiado ouve ainda o professor de Direito Aeronáutico Georges Ferreira; o presidente da

Comissão CNS/ATM (gerenciamento de tráfego aéreo), brigadeiro Álvaro Pequeno; e o ex-secretário-geral da Organização de Aviação Civil Internacional brigadeiro Renato Pereira.

Encontro Parlamentar Latino-Americano pela Infância

O 1º Encontro Parlamentar Latino-Americano pela Infância, que se realiza na Câmara das 9h às 18h, discute o papel dos legisladores em defesa da infância. O evento

tem a participação de legisladores, assessores e representantes de organizações da sociedade civil do Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela.



CAE analisa projeto que favorece contribuinte

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h para analisar 15 projetos. Entre os itens, está a proposta que trata da inclusão de nascituros entre os dependentes para fins de dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física. Também será analisado o projeto que isenta do IPI os veículos especiais usados por portadores de deficiência.

Audiência sobre controle da dengue e palestra no SAMS

Às 10h, será realizado debate sobre o controle da dengue no Brasil, promovido pela Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e

Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A Secretaria de Assistência Médica e Social (SAMS) do Senado promove, às

15h, palestra sobre prevenção e tratamento de doenças meningocócicas e pneumocócicas, com o doutor José Geraldo Ribeiro.

Produção para meio eletrônico

O projeto que trata da produção, programação e conteúdo para distribuição por meio eletrônico será debatido em conjunto pela Comissão de Educação (CE) e pela Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, às 10h. Foram convidados, entre outros, os presidentes da Agência Nacional do Cinema (Ancine) e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV (Abert).

Gestão de florestas públicas

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) realiza audiência, às 11h30, para discutir com o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, do Ministério do Meio Ambiente, Tasso de Azevedo, as conclusões do relatório anual de Gestão das Florestas Públicas. Às 14h, a Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais ouve o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Mão Santa, Papaléo Paes e Marco Maciel

Encontro busca legislação comum para a infância na América Latina

Patrícia Saboya (PSB-CE) disse que o 1º Encontro Parlamentar Latino-Americano pela Infância possibilitará a busca de uma legislação comum para os países da região. Conforme a senadora, o encontro – que teve início ontem e será encerrado hoje, na Câmara dos Deputados – deverá servir de incentivo à criação de outros grupos em moldes semelhantes à Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, da qual é a coordenadora.

No encontro, Patrícia Saboya relatou a mudança de foco na atuação da frente parlamentar, que desde 2003 vem procurando descentralizar sua ação, estimulando a criação de grupos vinculados às assembleias legislativas nos estados e às câmaras municipais nos

municípios. O trabalho, que começou com quatro frentes, tem hoje outras 22, em nível regional e municipal.

A Frente Parlamentar paraguia, em moldes semelhantes à brasileira, foi criada há 15 dias, informou Carmem Oliveira, da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República e presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Participando do encontro parlamentares do Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile e Venezuela, entre outros países, assessores, membros de organizações da sociedade civil relacionadas à temática infanto-juvenil, representantes do governo e de entidades ligadas à criança como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).



Patrícia Saboya (C) participa na Câmara de encontro parlamentar latino-americano

CPI debate riscos de rebaixamento do país por entidade internacional

A CPI do Apagão Aéreo do Senado realiza hoje, às 10h, audiência pública para debater os riscos de rebaixamento do Brasil na Organização de Aviação Civil Internacional (Oaci) e a implantação do novo sistema CNS/ATM (sigla em inglês para Comunicações, Navegação, Vigilância e Gestão de Tráfego Aéreo).

A imprensa divulgou que a Oaci poderia promover tal rebaixamento em decorrência da crise no controle aéreo brasileiro e que isso poderia impedir as empresas do país de voar para o exterior.

Estão convidados para a audiência o professor de Direito Aeronáutico, Georges de Moura Ferreira; o brigadeiro-do-ar Álvaro Pequeno, presidente da comissão CNS/ATM; e o major-brigadeiro-do-ar Renato Cláudio Costa Pereira, ex-secretário-geral da Organização Internacional de Aviação Civil.

Com o objetivo de concluir a segunda fase de suas investigações,

a CPI debate amanhã em reunião reservada, às 10h, os problemas relacionados à autorização de vôos em número superior à capacidade do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (Sisceab) e dos aeroportos.

Foram convidados o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, Milton Zuanazzi; o diretor-geral do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), major-brigadeiro-do-ar Ramon Borges Cardoso; o presidente da Infraero, tenente-brigadeiro-do-ar José Carlos Pereira; e o diretor do Departamento de Política de Aviação Civil do Ministério da Defesa, Rigobert Lucht.

Na justificativa do requerimento de convocação, o relator da CPI, senador Demostenes Torres (DEM-GO), considera que um dos principais gargalos da aviação civil brasileira é a questão da autorização das linhas aéreas acima da capacidade de absorção do sistema.

Uma das MPs que aguardam votação eleva para 160 o número de contratações temporárias destinadas a reforçar o quadro de pessoal do controle de tráfego aéreo



Plenário precisa votar três medidas provisórias e um projeto de lei de conversão para deliberar sobre outras matérias da pauta

Senadores podem decidir hoje sobre novas regras para as ZPEs

O Plenário pode votar hoje as emendas da Câmara ao projeto do Senado que altera as regras sobre as zonas de processamento de exportação (ZPEs) e facilita sua implantação. As mudanças já foram acolhidas pela Comissão de Assuntos Econômicos. Para votar a matéria (PLS 146/96), os senadores precisam antes liberar a pauta, trancada por três medidas provisórias (MPs) e um projeto de lei de conversão (PLV).

O PLV 17/07, proveniente da Medida Provisória 361/07, que aumenta de 60 para 160 o número de contratações temporárias que o Ministério da Defesa pode fazer

para reforçar o quadro de pessoal do controle de tráfego aéreo, é um dos itens da ordem do dia. A proposição também institui o Auxílio de Avaliação Educacional e cria cargos comissionados e gratificações temporárias para gerenciar as ações do governo federal nos Jogos Pan-Americanos, a realizar-se no Rio de Janeiro.

Já a MP 360/07 cria a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República em substituição à Secretaria de Imprensa e Porta-Voz. O novo órgão faz parte da estrutura direta da Presidência e o secretário tem status de ministro.

O reajuste do valor do salário mínimo de R\$ 350 para R\$ 380, a partir de 1º de abril de 2007, é o tema da MP 362/07.

Outra proposição que está na pauta é a MP 363/07, que autoriza o Tesouro Nacional a pactuar condições aceitas pela prática internacional aplicada a países, projetos ou setores com limitações de acesso a financiamento de mercado. Essa medida provisória transfere à Câmara de Comércio Exterior (Camex) a competência para estabelecer condições de aplicação da lei de financiamento vinculado à exportação de bens e serviços nacionais.

CCJ conclui amanhã votação de pena maior para droga em escola

A proposta que aumenta as penas para os crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes no interior de estabelecimentos de ensino ou em suas imediações deverá ser votada amanhã, em segundo turno e decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria do senador licenciado Hélio Costa (ministro das Comunicações), o projeto de lei (PLS 34/03) tramita na forma de substitutivo oferecido pelo relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), que aumenta as penas para esses crimes de um terço ao dobro. O texto em vigor prevê elevação de um sexto a dois terços.

De acordo com o substitutivo, a pena também será aumentada se a prática dos crimes previstos nos artigos 33 a 37 da Lei 11.343/06, que instituiu a nova Lei Anti-

drogas, envolver ou visar atingir criança ou adolescente ou quem tenha diminuída ou suprimida a capacidade de entendimento e determinação.

Para Jereissati, o projeto tem por mérito desestimular a presença de traficantes nos ambientes estudantis, "que abrigam jovens em formação, suscetíveis à pernicioso influência desses bandidos que se travestem de estudantes e colegas para livremente agir contra nossa juventude".

Césio 137

Na mesma reunião, a CCJ deverá examinar parecer favorável de Marconi Perillo (PSDB-GO) a projeto da Câmara (PLC 27/04) que concede pensão especial a servidores e empregados públicos, bem como militares, incluindo bombeiros que, em pleno exercício de suas ativida-



Jereissati: projeto desestimula presença de traficantes no ambiente estudantil

des, foram expostos às radiações do Césio 137, no acidente nuclear ocorrido em Goiânia, em 1987, que vitimou várias pessoas.

O substitutivo de Marconi acolhe emenda do então senador Maguito Vilela, estendendo o benefício aos funcionários do Consórcio Rodoviário Intermunicipal S.A. (Crisa) expostos às radiações. O projeto determina, entretanto, que os beneficiados façam exames médicos para comprovação e classificação como vítimas do acidente.

Subcomissão sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos discute amanhã com especialistas propostas buscando soluções para áreas que acumulam lixo nas cidades

Nova audiência pública debate problemas decorrentes dos lixões

A Subcomissão sobre Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que funciona no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), realiza amanhã, às 14h, a segunda audiência pública para discutir os problemas ambientais decorrentes dos lixões e apontar propostas para resolvê-los.

Para o debate, proposto pelos senadores Cícero Lucena (PSDB-PB) e Augusto Botelho (PT-RR), foram convidados três especialistas: o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski; o coordenador nacional do Comitê de Resíduos Sólidos, José Dantas de Lima; e o diretor presidente da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), Diógenes Del Bel.

Na primeira audiência, em 17 de maio, a gerente de projetos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, Nadja Limeira Araújo, la-



Audiência proposta por Cícero Lucena tem início marcado para as 14h de amanhã

mentou que grande parte das quase 5.700 prefeituras brasileiras ainda não tem o reconhecimento da dimensão dos problemas ambientais que advêm da coleta e da destinação do lixo. Ela explicou que o Ministério das Cidades dispõe de uma verba anual de R\$ 40 bilhões para investir em projetos de saneamento que incluem, entre outros, tratamento de água, esgoto e destinação de lixo, sendo que 6% desse total são reservados exclusivamente à questão do lixo.



Augusto Botelho é também autor do pedido para segunda reunião sobre o tema

O professor Edson Martins de Aguiar, da Escola de Engenharia de São Carlos, da Universidade de São Paulo, destacou as dificuldades enfrentadas no transporte de resíduos sólidos. Já o diretor da Área de Resíduos Sólidos do Ministério do Meio Ambiente, Rudolf de Noronha, frisou que a solução para a questão da destinação adequada desses resíduos está na educação ambiental – tarefa, segundo ele, para ser trabalhada durante uma geração inteira.

Presidente da CNM fala sobre situação dos municípios

A Subcomissão Permanente de Assuntos Municipais promove hoje, às 14h, audiência pública com o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Roberto Ziulkoski. Convidado pelo presidente da subcomissão, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), Ziulkoski fará uma exposição sobre a atual situação dos municípios brasileiros.

Na instalação do colegiado, em abril, Lucena atribuiu ao organismo a missão de comandar os debates sobre os problemas e as demandas das prefeituras. Com essas discussões, o senador acredita ser possível amadurecer projetos de interesse municipal, auxiliar os prefeitos no exercício

do cargo e promover a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

O vice-presidente da subcomissão, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), apontou a CNM – que anualmente organiza a Marcha dos Prefeitos – como grande aliada nesse trabalho. Para ele, é dever do colegiado ainda ajudar as prefeituras a prepararem planos diretores e projetos de lei orgânica.

Confaz-Mun

Ainda hoje, Ziulkoski deverá anunciar a instalação do Conselho Nacional de Órgãos Fazendários Municipais (Confaz-Mun), no auditório do Interlegis. Entidade representativa dos conselhos regionais de órgãos fazendários municipais, o Confaz-Mun dará

apoio às ações fiscais de interesse dos municípios. Sua primeira iniciativa será, em conjunto com o governo federal, elaborar uma proposta de reforma tributária.

O presidente da CNM concedeu ontem entrevista coletiva sobre a implantação do Simples Nacional nos municípios. Na ocasião, ele fez um balanço da análise dos CNPJs das empresas que não poderão migrar para o sistema em razão de irregularidades, como débitos tributários. A entidade também pretende facilitar o trabalho dos técnicos fazendários ao montar um sistema que lista os CNPJs por municípios. Esse sistema está disponível no endereço eletrônico www.cnm.org.br.



Pela proposta original, de Flexa Ribeiro, apenas três regiões seriam beneficiadas



Substituto de Flávio Arns favorece municípios com IDH inferior a 0,7

Substituto impede bloqueio de verbas para municípios carentes

Na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h, deve ser votado substitutivo a projeto de lei que impede o contingenciamento de recursos da União para municípios carentes. O texto original, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), previa que a proibição do contingenciamento beneficiaria as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas o senador Flávio Arns (PT-PR) optou por substituir as três regiões por “municípios com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior a 0,7”.

Segundo Arns, a alteração proposta por ele à matéria (PLS 150/05) permite que os municípios mais carentes, com piores indicadores sociais, sejam preservados da possibilidade de contingenciamento, independentemente da região em que se encontram.

Outro item da pauta da CAE é o PLS 43/07, que restabelece a isenção do Imposto de Renda para os empreendimentos a serem instalados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) ou da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

A proposta, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), prevê ainda que esse benefício terá a duração de dez anos, contados a partir do ano em que o empreendimento iniciar suas operações. A matéria recebeu parecer favorável, com emendas, de seu relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

Os dois projetos têm de ser votados ainda pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Ministro da Integração expõe na quinta política de desenvolvimento

O ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, participa nesta quinta-feira, a partir das 11h, de audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado. Os senadores ouvirão o ministro sobre a política do governo para o desenvolvimento regional.

Geddel foi convidado por sugestão da presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO). O debate faz parte de um calendário de audiências que deverá ser cumprido pelo colegiado para tratar de assuntos relevantes e estratégicos,

conforme a senadora.

Lúcia Vânia é autora também de requerimento de audiência para ouvir a ministra do Turismo, Marta Suplicy. Ainda sem data marcada, a reunião tem o objetivo de conhecer a política do governo para o setor.

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, foi convidado para falar sobre o atendimento da instituição aos municípios. O requerimento propõe essa audiência, que ainda não foi agendada, é também da presidente da CDR.

Sessão especial comemora os 40 anos da Suframa

O Senado realiza hoje, às 10h, sessão especial para comemorar os 40 anos da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), completados em 28 de fevereiro deste ano. Vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a

Suframa é a autarquia que administra a Zona Franca de Manaus e tem a responsabilidade de construir um modelo sustentável de desenvolvimento para a região.

A homenagem será realizada graças a requerimento assinado pelos senadores Arthur Virgílio

(PSDB-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), Alfredo Nascimento (licenciado), José Agripino (DEM-RN), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O texto do requerimento para a realização da sessão destaca a

importância do órgão para a economia brasileira e para a redução das desigualdades regionais, além de ressaltar que a Suframa foi criada pelo presidente Juscelino Kubitschek, dando origem ao Pólo Industrial de Manaus, um centro de tecnologia industrial.

Em exame, projeto que obriga informação sobre o valor calórico dos produtos

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) reúne-se amanhã, às 8h45, para votar uma pauta com 21 itens, entre os quais projeto que fixa a obrigatoriedade de informar o valor energético de produtos apresentados em propaganda de alimentos e bebidas. A proposta, do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), tem como relatora a senadora Maria

do Carmo Alves (DEM-SE), que apresentou parecer favorável.

O objetivo da matéria (PLS 121/05), segundo explica a relatora, é contribuir para o controle da obesidade no país por meio da melhoria da educação nutricional da população. A matéria altera artigo do Decreto-Lei 986/69, que instituiu normas básicas sobre alimentos.

Outro item da pauta é o projeto (PLS 328/06) que substitui o texto da advertência da propaganda de medicamentos. Pela proposta, em vez da atual advertência “a persistirem os sintomas, o médico deverá ser consultado”, o consumidor lerá “antes de consumir qualquer medicamento, consulte um médico”.

O projeto altera artigo da lei

que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas (Lei 9.294/96). De autoria de Osmar Dias (PDT-PR), a matéria recebeu parecer favorável do relator na CCT, Augusto Botelho (PT-RR), e será ainda votada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Relatora da proposta, Maria do Carmo ressalta melhoria da educação nutricional

Papaléo protesta contra a venda de contratos de planos de saúde

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) protestou em discurso contra decisão da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que editou resolução permitindo que as pequenas empresas de planos de saúde, sem problemas financeiros, vendam ou transfiram seus contratos com filiados a grandes grupos do setor. Papaléo afirmou que essas pequenas empresas são as que melhor atendem às pessoas idosas e oferecem assistência a preços menores.

– As grandes empresas já estão deitando o rolando, fazendo todas as aquisições possíveis. A ANS deveria estimular a permanência no mercado dessas pequenas operadoras, pois elas proporcionam atendimento a preços bem mais acessíveis – lamentou o parlamentar.

Papaléo informou que existem no país 1.239 empresas de planos de saúde, mas as três maiores ficam com 12% do mercado. As 24 maiores empresas atendem a mais de 23 milhões dos 45 milhões de filiados a planos de saúde no país.

O senador lembrou que a agência já indicava há alguns anos que, “para um mercado estável e com relativa segurança para os



Papaléo alerta para menor concorrência de preços com menos empresas atuando

usuários”, o número de empresas sólidas deveria ficar entre 400 e 500. Papaléo Paes observou que, com o mercado concentrado em um número menor de empresas, a concorrência de preços tende a ser menor, “sem descartar a possibilidade de cartelização”.

– Nesse caso, pobres daqueles que dependem de assistência de planos de saúde – afirmou.

Ele comentou ainda que os percentuais de reajuste dos planos autorizados pela ANS têm sido superiores à inflação. No início de junho, por exemplo, foi autorizado um reajuste de 5,76%, que significa quase o dobro da inflação dos 12 meses anteriores, que foi de 3,18% (IPCA, do IBGE).

Integração, a receita contra gargalos nos transportes

Em audiência na Subcomissão dos Marcos Regulatórios, representantes do setor ferroviário defendem parcerias público-privadas para expandir infra-estrutura e tornar país competitivo

Apesar dos benefícios observados após a privatização do serviço de transporte ferroviário, parte da malha ainda opera em condições distantes das ideais. Parcerias público-privadas (PPPs) em obras ferroviárias possibilitariam o aumento da competitividade do país – por meio da expansão e da modernização dos serviços de transporte ferroviário e da eliminação dos atuais gargalos de infra-estrutura – e a integração de corredores de exportação, ferrovias e portos. Essa foi a “receita” para o setor apresentada pelo diretor-executivo da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), Bruno Batista, em audiência promovida ontem pela Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios.

Já o diretor-executivo da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários (ANTF), Rodrigo Vilaça, opinou que um marco regulatório do setor é fundamental para criar um ambiente de segurança jurídica na atividade. Ele observou que, atualmente,



Delcídio Amaral (à mesa, no centro) preside audiência em subcomissão da CAE

imbróglios jurídicos dificultam a gestão da recuperação das ferrovias. Mesmo assim, informou, nesta primeira década pós-privatização, a iniciativa privada já investiu R\$ 12 bilhões e pagou, em impostos, R\$ 6,2 bilhões. Este ano, o investimento previsto é de R\$ 3,5 bilhões.

O diretor técnico da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas (Anut), Renato Voltaire Araújo, defendeu o direito da passagem universal, ou seja, de qualquer trem trafegar por qualquer malha, sem restrições. Ele sugeriu que seja feita

uma experiência com as novas concessões que serão oferecidas, como a da Ferrovia Norte-Sul.

O diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Noboru Ofugi, argumentou que a Lei 10.233/01, que criou a agência, e as resoluções baixadas pela ANTT, todas submetidas a audiências públicas, já representam um marco regulatório para o setor ferroviário. Ofugi observou que a etapa atual objetiva aprimorar as resoluções já existentes e criar outras que permitam à ANTT acompanhar as necessidades do mercado.

Controle da dengue no país é tema de audiência de subcomissão

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde fará hoje audiência pública para debater a situação atual da dengue no país. A reunião deverá ter início às 10h e a audiência será realizada devido a requerimento apresentado pelo senador Papaléo Paes (PSDB-AP). A subcomissão funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Os convidados para a audi-

ência são o presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Osmar Terra; o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Helvécio Miranda Magalhães Júnior; o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Gerson Oliveira Penna; e o coordenador de Controle de Vetores da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, Mauro Blanco.

“Setor precisa de um marco regulatório amplo”

O presidente da Subcomissão dos Marcos Regulatórios, Delcídio Amaral (PT-MS), perguntou aos participantes da audiência se o crescimento registrado nos últimos anos no transporte ferroviário de cargas deve-se à diversificação das cargas transportadas ou ao aumento da produção de minérios, já que as mineradoras são os principais clientes das ferrovias.

O diretor-executivo da CNT, Bruno Batista, afirmou que o frete rodoviário no Brasil é “aviltantemente barato”. Daí a dificuldade de uma ampliação maior do trans-

porte de carga por ferrovias. Para haver maior homogeneidade entre os transportes rodoviário e ferroviário, segundo ele, seria necessário o governo federal investir pesado na infra-estrutura ferroviária.

Já o relator substituto, Valter Pereira (PMDB-MS), opinou que o fato de o setor ferroviário estar sendo regido apenas por atos normativos gera insegurança para os investidores. O diretor-executivo da ANTF, Rodrigo Vilaça, concordou e observou que o setor precisa de um marco regulatório amplo.

Outro assunto debatido na

audiência foi a possibilidade de o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar a implantação de um trem-bala ligando o Rio de Janeiro a São Paulo. O diretor da ANTT, Noboru Ofugi, disse que trabalhou em um estudo sobre o caso e concluiu que não seria atrativo para a iniciativa privada bancar tal projeto.

– Seria interessante, mas depende de uma política de governo. Em raríssimos segmentos do mundo o sistema ferroviário de passageiros se auto-sustenta – frisou.

Pesar por Manoel Correia de Andrade

Marco Maciel (DEM-PE) lamentou a morte, no dia 22 de junho, no Recife, do advogado, geógrafo, escritor e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Manoel Correia de Andrade. O senador encaminhou à Mesa requerimento de pesar pelo ocorrido.

Maciel lembrou que Correia de Andrade é autor de um dos clássicos do século 20, o livro *A terra e o homem do Nordeste*, e apontou a contribuição do escritor para a divulgação do conhecimento sobre o Nordeste brasileiro, inclusive no exterior.

– Manoel Correia de Andrade desfrutava de grande prestígio na comunidade científica e na sociedade nordestina, por ter dedicado grande parte de sua vida às questões regionais – enalteceu.

Paim requer voto de aplauso para Canoas

O senador Paulo Paim (PT-RS) encaminhou um requerimento de voto de aplauso ao município gaúcho de Canoas, pela comemoração do seu 68º aniversário, amanhã.

Paim lembrou que a cidade, localizada na região metropolitana de Porto Alegre e administrada pelo prefeito Marcos Antônio Ronchetti, tem a segunda maior rede de ensino do estado, com várias escolas públicas, particulares e três universidades.

– Além de ser sinônimo de economia forte e de povo trabalhador, Canoas possui o segundo maior PIB gaúcho. A cidade é sede de grandes empresas como a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap), Springer Carrier, AGCO do Brasil, Forjasul e Grupo Tramontina, entre outras – assinalou.

Senador afirma que há projeções de um crescimento de 4,3% para o PIB de 2007 e que a estimativa de aumento da economia para 2008 passou de 4,0% para 4,1%

Gilvam Borges comemora bom momento da economia

O quadro econômico do país foi analisado por Gilvam Borges (PMDB-AP). De acordo com o senador, o Brasil nunca experimentou uma fase tão boa, com expansão do crédito, redução da inadimplência e crescente confiança da população.

– Os próximos três anos serão de grande prosperidade – disse ele, acrescentando que apreciase “portador de boas notícias”.

Gilvam usou, como exemplo, relato de uma assessora que pagou um automóvel novo em 60 prestações mensais.

– Lembrei-me de que, na época do furor inflacionário deste país, ou se tinha dinheiro para comprar o bem à vista, ou simplesmente não se comprava, porque a instabilidade financeira e a corrida



Gilvam: notícias sobre crescimento alegram os corações dos que acreditam no Brasil

inflacionária não permitiam o crediário no Brasil – recordou.

Ele chamou a atenção para as avaliações de analistas de mercado e de instituições financeiras, que estão projetando para 2007 crescimento de 4,3% para

Robson/PT/Heio

o produto interno bruto (PIB). Já a estimativa de aumento da economia para 2008 passou de 4,0% para 4,1%, como divulgou o Banco Central.

– Essas informações podem não fazer muita diferença no atacado das emoções coletivas, mas são notícias que alegram os corações daqueles que acreditam no Brasil, nos brasileiros e no governo que aí está – disse o parlamentar.

Gilvam elogiou o presidente Lula, que assumiu o cargo diante do descrédito de muitos. De acordo com o senador, o Brasil é hoje o país de maior credibilidade na América Latina, onde a Venezuela vive o que chamou de “momento delicado comandado pelo presidente Hugo Chávez” e a Bolívia passaria por retrocessos.

Projetos ambientais vão beneficiar o Rio Grande do Sul, afirma Paim

O projeto de recuperação ambiental das bacias hidrográficas dos rios Gravataí, Guaíba e dos Sinos, no Rio Grande do Sul, anunciado pelo governo, foi comemorado por Paulo Paim (PT-RS). O senador estima que o total dos recursos para água e saneamento destinados ao estado, com a participação do Executivo e Legislativo locais, ultrapasse R\$ 700 milhões, sendo que mais de R\$ 200 milhões virão de investimentos previstos no Orçamento da União.

Paim disse que o projeto também será contemplado com linhas de financiamento a baixo custo, somadas a contrapartidas a serem oferecidas pelo estado e pelos municípios. A previsão, segundo o senador, é que somente o rio dos Sinos terá um aporte de R\$

276 milhões. Desse montante, explicou Paim, aproximadamente R\$ 116 milhões serão aplicados a fundo perdido, por integrarem o programa Saneamento para Todos 2007.

Conforme Paim, o rio Gravataí deverá receber recursos da ordem de R\$ 112 milhões em financiamento e R\$ 35 milhões do Orçamento Geral da União. E a região da Grande Porto Alegre receberá também uma unidade de proteção integral em torno do rio Guaíba. A construção da unidade, fruto da campanha Viva Guaíba, vai garantir de forma efetiva a conservação da biodiversidade da bacia hidrográfica local.

Prêmio de cultura

Paim disse ainda ter ficado satisfeito com a participação de



Paim aplaude proposta de recuperação das bacias dos rios Gravataí, Guaíba e dos Sinos

sua cidade natal, Caxias do Sul, no concurso Capital Brasileira da Cultura (CBC) 2008, promovido pela organização CBC, com parceria institucional dos ministérios da Cultura e do Turismo e apoio da Unesco. A prefeitura e os moradores da cidade deverão realizar uma série de atividades previamente elaboradas em um calendário anual de manifestações culturais, de forma a projetar, divulgar e potencializar a cultura local.



Kátia Abreu: setor agropecuário é contra a proposta do governo de mudar índices

Audiência debate produtividade e desapropriação

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza amanhã, às 11h, audiência pública para discutir a proposta do governo de atualização dos índices de produtividade das propriedades rurais para fins de desapropriação. Kátia Abreu (DEM-TO), autora do pedido de audiência, destaca que o setor agropecuário é contra a medida. O requerimento recebeu adendo de Sibá Machado (PT-AC).

O debate deve contar com a participação do presidente do Inbra, Rolf Hackbart; do representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Leônicio Brito; dos pesquisadores Eliseu Alves (da Embrapa) e Guilherme Delgado (do Ipea); e do coordenador do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), Geraldo Barros.

Kátia Abreu avalia que, com os índices de produtividade propostos, o número de propriedades passíveis de desapropriação, que hoje é de 58 mil, será praticamente duplicado. “O número aumenta para 113 mil propriedades rurais, totalizando 214 milhões de hectares”, afirma.

Ela ainda questiona o fato de o governo determinar índices de produtividade para a manutenção da propriedade apenas no setor rural. Kátia Abreu é relatora do projeto de Lúcia Vânia (PSDB-GO) sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade (PLS 202/05).

Gerado/Vagete



De acordo com Mozarildo, ONGs deveriam ser fiscalizadas, como são os municípios

Mozarildo quer prestação de contas de ONGs que recebem recursos de convênios

A prestação de contas das organizações não-governamentais (ONGs) e instituições que recebem dinheiro público por meio de convênios foi cobrada por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador afirma que as entidades devem esclarecer a forma como utilizam esses recursos.

Ele citou o caso de um convênio firmado entre a Fundação

Universidade de Brasília (FUB) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) para assistência de saúde dos índios ianomâmis, de Roraima, que foi considerado irregular pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Mozarildo anunciou ainda que enviará os dados obtidos para a CPI que investigará as ONGs. Ele avaliou que “o desvio de recursos

de qualquer atividade pública é um crime inaceitável, mas na educação e na saúde é um crime hediondo”.

Para o senador, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e o próprio Ministério Público deveriam investigar para desvendar como o dinheiro foi gasto. As institui-

ções que utilizam as “facilidades para estabelecer convênios como poder público” com boas finalidades, mas que são desvirtuadas, também foram criticadas por Mozarildo.

– As ONGs têm que se submeter à mesma legislação a que uma prefeitura se submete, coma Controladoria Geral da União e o TCU fiscalizando – defendeu.

Agripino quer andamento de processo; Renan diz que não há nada que o incrimine; Sibá convoca reunião do Conselho de Ética; Roriz distribui nota à imprensa

Renan afirma que não existe nenhuma prova contra ele

O presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou à imprensa, no final da tarde de ontem, ao sair de seu gabinete, que não existem provas contra ele no processo instalado no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

– Está claro que querem assassinar minha honra, mas não vão assassinar, pois não têm provas, absolutamente nada – ressaltou Renan Calheiros.

Também em entrevista à imprensa, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse ter esperanças de que o processo contra Renan seja finalizado antes do início do recesso parlamentar, em 18 de julho.

Jucá assinalou que, após a designação do novo relator do processo (ou do grupo de relatores), as investigações devem prosseguir com “toda tranquilidade”. Para Jucá, a perícia dos documentos entregues por Renan



“Está claro que querem assassinar a minha honra”, disse Renan

deve ser completa e o colegiado deve ter tempo suficiente para complementar as investigações.

Quando às denúncias contra Joaquim Roriz (PMDB-DF), Jucá informou que Roriz esclareceria logo as suspeitas. O líder do governo disse que a legenda esperaria os esclarecimentos do ex-governador do Distrito Federal.

Agripino cobra pressa na indicação de novo relator

O líder do DEM, José Agripino (RN), cobrou do presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Sibá Machado (PT-AC), pressa na indicação do relator do processo disciplinar contra o senador Renan Calheiros.

Agripino disse que se a indicação do substituto de Epitácio Cafeteira (PTB-MA), relator original, não fosse feita ainda ontem, ele convocaria para hoje uma reunião com as lideranças da Casa para tratar do assunto e pressionar o presidente Sibá a tomar uma decisão.

– O curso do processo está interrompido neste momento pela falta de um relator. Não se pode esperar que o recesso chegue e os fatos se esmoreçam. Esse seria o pior dos cenários para o Senado – alertou o líder do Democratas.

Para Agripino, não existe razão para a demora na indicação do relator, já que haveria, na própria bancada governista, senadores dispostos a assumir a função,



Agripino: “O curso do processo está interrompido neste momento”

como Eduardo Suplicy (PT-SP). O representante do Rio Grande do Norte frisou ainda não concordar com a proposta da “trinca” de relatores, sugerida por alguns parlamentares.

– Não faz sentido indicar três senadores da base do governo. Ao mesmo tempo, se eles forem de partidos diferentes, dificilmente se chegará a um consenso. No fim das contas, quem vai assinar? – questionou ele.

Roriz contesta acusação e critica vazamento de escuta telefônica

A assessoria de imprensa do senador Joaquim Roriz (PMDB-DF) divulgou no final da tarde de ontem nota oficial com o objetivo de esclarecer episódios noticiados pela imprensa envolvendo o parlamentar. De acordo com a nota, Roriz declara rechaçar o que afirma ser “tentativas criminosas de confundir negociação normal, sem recursos públicos, entre pessoas físicas e jurídicas privadas, com investigações em curso na Polícia Civil e no Ministério Público do Distrito Federal”.

O senador condenou o vazamento de escuta telefônica, realizada em 13 de março deste ano, na qual ele conversa com o então presidente do Banco de Brasília (BRB). Para o parlamentar, o sigilo da gravação está protegido por lei, o que torna criminoso o ato de encaminhá-la à mídia.

Na nota, Roriz afirma que a gravação não tem “ligação com a investigação denominada “Operação Aquarela”. O senador anuncia na nota que adotará medidas judiciais cabíveis para apuração da responsabilidade civil e criminal dos envolvidos no vazamento.



Roriz aponta “tentativas criminosas de confundir negociação normal”

A íntegra da nota

O senador Joaquim Roriz rechaça com veemência as tentativas criminosas de confundir uma negociação normal, sem recursos públicos, entre pessoas físicas e jurídicas privadas, com investigações em curso na Polícia Civil e no Ministério Público do Distrito Federal.

Da mesma forma, o senador Joaquim Roriz condena o vazamento de escuta telefônica criminosamente encaminhada à mídia, obtida pela Polícia Civil e supervisionada pelo Ministério Público do Distrito Federal, em apuração, ressalte-se, iniciada em seu período de governo, isolado do contexto e evidentemente sem ligação com a investigação denominada “Operação Aquarela”.

Em respeito ao Congresso Nacional, aos seus colegas senadores e também ao povo do Distrito Federal que o elegeu, o senador Joaquim Roriz faz questão de esclarecer, de forma que não reste mais nenhuma dúvida, as particularidades de diálogos gravados entre ele e o então presidente do BRB, Sr. Tarcísio Franklin de Moura, no dia 13 de março de 2007, um ano após deixar o governo do Distrito Federal.

É bom ressaltar: o senador Joaquim Roriz agiu, apenas, na condição de amigo de longa data das pessoas citadas, e no interesse de uma negociação particular.

Seguem as explicações cabais, ancoradas em documentos que provam a lisura da negociação:

1. Contraiu empréstimo pessoal

da quantia de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no dia 12/03/2007, com o empresário Constantino de Oliveira, em razão de necessidade de realizar pagamento inadiável, em 14/03/2007. Com efeito, desse valor, R\$ 271.320,00 (duzentos e setenta e um mil, trezentos e vinte reais) foram destinados ao pagamento à Associação de Ensino de Marília, por aquisição de um animal, conforme depósito bancário em conta corrente contra o Banco do Brasil S/A, agência 3852-0; o restante, R\$ 28.680,00 (vinte e oito mil, seiscentos e oitenta reais) para socorrer seu amigo Benjamim Roriz, com problemas de saúde na família;

2. o detalhamento de seu diálogo com o ex-presidente do BRB – Banco de Brasília deu-se ante a necessidade de resgatar, em espécie, a pedido do beneficiário do cheque nº 850023-1, no valor de R\$ 2.231.155,60 (dois milhões, duzentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), emitido pela Agrícola Xingu S/A, para viabilizar o empréstimo pleiteado no prazo, de forma a garantir um desconto de R\$ 260.680,00 (duzentos e sessenta mil, seiscentos e oitenta reais), oferecido pelo vendedor da bezerra, condicionado ao pagamento até o dia 14/03/2007;

3. os documentos comprobatórios de todos os fatos relacionados com o empréstimo, quais sejam:

nota fiscal emitida pela Associação de Ensino de Marília Ltda., em 01/03/2007, nº 001377, devidamente autenticada pelos postos fiscais das secretarias da Fazenda de Minas Gerais e Goiás, no dia 02/03/2007; cópia do cheque referido, no valor de R\$ 2.231.155,60; cópia do recibo de depósito bancário em favor da Associação de Ensino de Marília Ltda., no valor de R\$ 271.320,00; cópia do contrato de mútuo entre o senador Joaquim Roriz e o empresário Constantino de Oliveira; nota promissória como garantia do empréstimo, assinada pelo senador Joaquim Roriz; carta comprobatória de participação do senador Joaquim Roriz em leilão, com lance vencedor, e de concessão de desconto condicionada ao pagamento decorrente da aquisição do animal acima referido, até o dia 14/03/2007, estão à disposição dos órgãos de fiscalização, caso requisitados, para a devida comprovação e esclarecimento do teor da conversa telefônica divulgada a partir de seu vazamento ilegal;

4. por último, o senador Joaquim Roriz, ante a gravidade do fato, decorrente de ação criminosa – a entrega de gravação com o sigilo protegido por lei, totalmente dissociada da “Operação Aquarela” –, afirma que adotará enérgicas medidas judiciais cabíveis para apuração da responsabilidade civil e criminal dos envolvidos no referido vazamento ilegal dos diálogos.

Sibá convoca reunião para amanhã

De acordo com sua assessoria de imprensa, Sibá Machado (PT-AC), presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, vai convocar reunião do órgão para amanhã, às 13h30. O conselho está avaliando o relatório do senador Epitácio Cafeteira (PTB-

MA) sobre representação feita pelo PSOL contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) por quebra de decoro parlamentar.

A escolha de um novo relator tornou-se necessária já que Cafeteira, relator original, se licenciou por motivos de saúde

e Wellington Salgado (PMDB-MG), escolhido relator ad hoc, renunciou ao cargo.

Raupp

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) acha possível que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar vote, antes do início

do recesso legislativo, a representação movida pelo PSOL contra Renan Calheiros.

A avaliação foi feita ontem, em entrevista à imprensa, pelo líder do PMDB. Segundo ele, não há fato determinado na representação contra Renan.

Proposta de Mercadante, acolhida pelo Legislativo do bloco, apóia pleitos junto à OMC com vistas à liberalização do mercado agrícola e obtenção de acordos justos

Parlamento do Mercosul defende redução de subsídios

O Parlamento do Mercosul aprovou ontem, em sua terceira sessão, realizada em Montevideu, declaração de iniciativa do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) em apoio às posições assumidas pelos negociadores dos países membros do bloco na Organização Mundial do Comércio (OMC), com vista à liberalização do mercado agrícola e à obtenção de acordos comerciais “equilibrados e justos”.

Para Mercadante, “a declaração demonstra a unanimidade dos parlamentares [do Mercosul] em apoiar a posição dos negociadores”. Ele explica que, quando a OMC foi instituída, houve o compromisso dos países ricos de reduzir subsídios à agricultura e barreiras à entrada de produtos agrícolas dos países mais pobres. Segundo o senador, desde o início da OMC, as nações pobres abriram seus mercados em proporção duas vezes maior que as ricas, que agora não querem conceder a contrapartida prometida.

– Os parlamentares de todos os países do Mercosul, exatamente,

estão denunciando essa atitude, fortalecendo a nossa diplomacia e mostrando a nossa coesão na defesa do interesse dos povos da América Latina – afirmou Mercadante.

Malvinas

O parlamento regional também aprovou declaração proposta pela delegação argentina com um apelo ao Reino Unido para que retome o diálogo com a Argentina sobre a soberania das Ilhas Malvinas, motivo da guerra entre os dois países em 1982. O texto da moção pede uma rápida solução para a questão “em conformidade com as resoluções das Nações Unidas e com as declarações da Organização dos Estados Americanos”. A declaração foi acolhida de pé e sob aplausos.

– Felizmente, sabemos que nossas nações irmãs da América Latina apóiam nossa reivindicação de encontrar uma solução a essa controvérsia – frisou o deputado argentino Alfredo Atanasof.

Falando em nome da delegação brasileira, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que “esta é



Inácio Arruda, Mercadante, Efraim, Simon, Mesquita Júnior e Cristovam participam em Montevideu de reunião do Legislativo do bloco

uma declaração muito importante, uma manifestação que marca o destino de nosso futuro”.

– A realidade das Malvinas é uma questão de honra não apenas para a Argentina, mas para toda a

América, um resquício do velho império colonial – observou o senador.

Deputado uruguaio propõe debate sobre imprensa na Venezuela

O deputado Pablo Iturralde, do Uruguai, apresentou na sessão do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, proposta de criação de uma comissão especial para investigar possíveis transgressões pela Venezuela às cláusulas democráticas e de liberdade de imprensa já aprovadas pela instituição.

Imediatamente, o deputado Alfredo Murga, da Venezuela, em pronunciamento, garantiu que em seu país “há a mais ampla liberdade de expressão que pode haver”. Em sua opinião, a proposta uruguaia é, na prática, uma interferência indevida nos assuntos internos venezuelanos.

Pelo menos oito parlamentares de diversos países se inscreveram para participar do debate. Mas como a delegação argentina teve de se ausentar da sessão, em virtude da disponibilidade de voo, a discussão em torno do tema foi transferida para o próximo dia 30 de julho, quando o Parlamento do Mercosul fará novo encontro.

Regimento

Por falta de quórum na delega-

ção do Paraguai, que só compareceu com três de seus 18 representantes no Parlamento, a votação da proposta de regimento interno da instituição foi transferida para a próxima sessão, marcada para 30 de julho.

A ausência da maior parte da delegação do Paraguai se deveu à coincidência da data da sessão com o processo de escolha da nova mesa do Congresso daquele país.

Para evitar a realização de sessões sem o quórum para deliberação, o novo presidente do Parlamento, Roberto Conde, acatando sugestão do senador Aloizio Mercadante, determinou que sempre haverá uma conferência, com 72 horas de antecedência, da real possibilidade de presenças parlamentares do bloco.

O deputado brasileiro Dr. Rosinha (PT-PR), relator do projeto de regimento interno, feito por uma comissão específica criada para esse fim, atribuiu às diferenças culturais a principal dificuldade no processo de elaboração da proposta.

Agenda política inclui integração energética

Durante a terceira sessão do Parlamento do Mercosul, realizada ontem em Montevideu, foi aprovada a proposta de agenda política formulada por comissão instituída pelo órgão para esse fim. O documento reúne os assuntos prioritários para o parlamento recém-criado, como o diagnóstico da situação do mercado comum. Também constam da agenda assuntos como a padronização normativa na área de saúde, a livre circulação de bens culturais, a legislação na área de saúde animal, as assimetrias econômicas e geográficas entre os sócios, a integração energética e o fortalecimento do próprio parlamento.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu a inclusão do combate à pobreza como ponto prioritário, sugestão que havia sido apresentada à comissão pela delegação argentina, na forma de uma “melhor distribuição dos benefícios”, com requalificação de mão-de-obra e investimento em educação.

– Eu creio que a palavra ‘pobreza’ tem de estar no nosso

debate. É uma questão até de legitimidade, pois representamos toda a população de nossos países – disse Cristovam.

Por sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), a unificação dos parâmetros macroeconômicos dentro do bloco e o acompanhamento do processo de criação do Banco do Sul e da redefinição do papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) também foram incluídos na agenda política do Parlamento do Mercosul.

A delegação argentina propôs a inserção das questões aduaneiras e de reconhecimento de diplomas universitários para o exercício profissional, sugestões igualmente aceitas.

Energia

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) enfatizou o papel da integração energética como indutora da integração regional como um todo.

– É isso que consolida a nossa integração. A questão energética impõe uma integração para a América do Sul. Eu proponho então que, sem prejuízo da for-

mação de comissões, a gente já prepare uma boa conferência para discutir a integração energética – sugeriu o senador pelo Ceará.

Oitodosnovesenadoresbrasileiros que integram o Parlamento do Mercosul participaram da sessão em Montevideu: além de Inácio Arruda, Cristovam Buarque e Aloizio Mercadante, Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Efraim Morais (DEM-PB), Pedro Simon (PMDB-RS), Romeu Tuma (DEM-SP) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS). Por motivo de compromissos assumidos anteriormente em Porto Alegre, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) só pôde chegar a Montevideu no final da tarde, logo após o encerramento da sessão.

Dos nove deputados da delegação brasileira, sete estavam presentes: Beto Albuquerque (PSB-RS), Germano Bonow (DEM-RS), George Hilton (PP-MG), Geraldo Resende (PPS-MS), Dr. Rosinha (PT-PR), Max Rosenmann (PMDB-PR) e Cezar Schirmer (PMDB-RS).